

A DEIXIS E O VERBO: UMA ABORDAGEM

PAULO NUNES DA SILVA
(Universidade Aberta)

«Avant l'énonciation, la langue n'est
que la possibilité de la langue»

Émile Benveniste

Ficou célebre aquele exemplo de deixis apresentado pela Professora Fernanda Irene Fonseca. Segundo esta autora, durante algum tempo foi possível ler-se numa parede da cidade do Porto as seguintes palavras de ordem: *Hoje, todos à Praça Humberto Delgado*.

Não sabendo em que dia foram escritas, também não se sabe em que dia se terá realizado a manifestação. O conhecimento de certos elementos da situação de enunciação e do contexto linguístico é quase sempre fundamental para a interpretação adequada de um determinado enunciado. E se este enunciado se revela inoperante, tal facto deve-se ao uso, naquele contexto, do advérbio *hoje*, advérbio de tempo que remete para o dia em que se está, ou, para ser mais rigoroso, para o dia em que se fala, para o dia em que alguém diz (ou escreve) *hoje*. Um sindicalista mais atento a estas subtilezas da língua teria certamente optado por indicar a data do evento: *Dia 1 de Maio (de 1998), todos à Praça Humberto Delgado*.

Curiosamente, esta ineficácia comunicativa já não se verifica no provérbio *Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje*. Neste caso, os advérbios de tempo não remetem para um dia específico do calendário, como era certamente intenção do autor do exemplo precedente. Aliás, são justamente os advérbios *hoje* e *amanhã* que propiciam que este provérbio não se desactualize a cada dia que passa e que continue a ser usado geração após geração. Um enunciado como *Não deixes para o dia 1 de Outubro de 1998 o que podes fazer no dia 30 de*

Setembro de 1998 nunca poderia ser elevado à condição de provérbio, uma vez que estas construções se caracterizam pela atemporalidade¹.

Todas as línguas naturais possuem formas do tipo de *eu e tu, aqui e ali, hoje e amanhã*, cuja interpretação depende do conhecimento de factores como, por exemplo, *quem fala, para quem fala, quando fala e onde fala*². Essas formas são designadas por deícticos³.

Proponho-me reflectir sobre o modo como as formas verbais⁴ configuram diferentes sentidos ao nível da deixis. O meu argumento é o seguinte: o verbo constitui a classe sintáctica que mais sentidos deícticos configura, sendo, por isso, incontornável no estudo da deixis. A sua importância tem sido parcialmente ofuscada, excepto no caso da deixis temporal. Pretendo comprovar que o verbo ocupa um lugar central no âmbito da deixis em língua portuguesa. Todavia, antes de ilustrar a tese que defendo, apresentarei, em traços gerais, uma sistematização de alguns conceitos teóricos necessários à compreensão adequada do que pretendo demonstrar.

Depois de Saussure, tornou-se lugar comum entre os linguistas distinguir o sistema abstracto de signos e de regras (*langue*) da sua actualização por determinados falantes, localizados num tempo e num espaço concretos (*parole*), isto é, a separação clara entre o sistema linguístico (o objecto de estudo) e a sua concretização numa situação de enunciação (a matéria a partir da qual é possível aceder àquele objecto).

Na sequência da investigação de Karl Bühler, Émile Benveniste demonstrou que os deícticos constituem uma irrupção do discurso no interior da língua⁵. Deste modo, a sua reflexão terá contribuído decisivamente para que a linguística tenha alargado os seus horizontes de uma linguística da língua para uma linguística da fala⁶.

A deixis constitui a ponte que une aquelas duas margens (a língua e a fala), margens cuja divisão, por possuir um carácter metodológico, tem algo de artificial.

Deixis é um termo que provém de um verbo grego com o significado de "mostrar, apontar, indicar". É utilizado em linguística para referir a função que desempenham certos elementos das línguas naturais, elementos esses que procedem à ancoragem dos enunciados a uma situação de enunciação. Pode-se dizer, numa primeira abordagem, que os deícticos são aqueles signos linguísticos que *apontam* para elementos presentes no acto de produção verbal. A interpretação dos deícticos depende, por conseguinte, do conhecimento das coordenadas da enunciação, isto é, 1) quem fala/quem ouve (*eu/tu*), 2) onde fala (*aquí*) e 3) quando fala (*agora*). Deste modo, os deícticos evidenciam claramente o facto de as línguas naturais se terem constituído primariamente para a comunicação em situações de diálogo face a face.

Aquelas coordenadas da enunciação propiciam uma tripartição em deixis pessoal, deixis espacial e deixis temporal. A deixis pessoal⁷ consiste na gramaticalização do papel que desempenham os participantes na produção/recepção de um enunciado: o locutor - a categoria de primeira pessoa; o alocutário - a categoria de segunda pessoa; e aquele que não é o locutor nem o alocutário, isto é, aquele (ou aquilo) que está ausente do processo de enunciação - a categoria de terceira pessoa⁸.

Sublinho o facto de a interpretação do pronome *eu*, por exemplo, depender da pessoa que toma a palavra num determinado espaço e num determinado momento⁹. Porque se definem em relação à instância de discurso em que são produzidos, diz-se que os deícticos são sui-referenciais¹⁰: «a “realidade” a que se referem os deícticos é, antes de mais, o próprio acto da sua enunciação»¹¹.

Quanto aos deícticos espaciais¹², a sua interpretação depende do conhecimento da localização espacial do locutor no momento em que fala. A título de exemplo, *aqui* corresponde ao “local onde se encontra o locutor”, *aí* corresponde ao “local onde se encontra o alocutário” e *ali* corresponde a um “local onde não se encontram nem o locutor nem o alocutário”¹³.

Além da sua localização, a interpretação dos deícticos espaciais pode depender também da posição do locutor no momento da enunciação. Este ponto torna-se explícito se tivermos em consideração um enunciado como *À minha direita está o senhor João e à minha esquerda está o senhor José*. Só será possível identificar o senhor João e o senhor José se se interpretar adequadamente os sintagmas *à minha direita* e *à minha esquerda*, isto é, se, para além do espaço que o locutor ocupa no momento da enunciação, visualizarmos a sua posição nesse mesmo espaço¹⁴.

Tais considerações propiciam a tese do marco de referência egocêntrico¹⁵. Se os deícticos procedem à ancoragem da língua a uma determinada situação de enunciação, a um centro que é um verdadeiro marco geodésico pluridimensional, a verdade é que esse centro se institui quando um *eu* toma a palavra num *aqui e agora*, e a mostração verbal é efectuada a partir desse marco egocêntrico¹⁶. A simples inversão dos papéis de locutor e de alocutário resulta necessariamente numa deslocação (simultaneamente pessoal, espacial e temporal) desse centro.

Os deícticos temporais¹⁷ têm que ser interpretados relativamente ao momento em que o locutor fala. O sentido de *ontem*, *hoje*, *amanhã* (assim como o sentido de *há cinco meses* ou *na próxima semana*) depende da localização temporal do locutor, como ficou comprovado com a análise do enunciado apresentado no início. Para conhecermos o referente destes deícticos precisamos de saber quando é que o enunciado em que eles se inserem foi produzido.

A deixis social está associada à deixis pessoal. Se esta gramaticaliza os papéis que desempenham os participantes (ou não participantes) na produção verbal, aquela gramaticaliza as suas posições sociais relativas. Na deixis social

incluem-se aquelas formas linguísticas que reflectem ou estabelecem o relacionamento social existente entre os falantes. Não se trata, neste caso, da definição do papel de locutor, de alocutário ou de não-participante na situação de enunciação, mas antes da atribuição, por parte do locutor, de um determinado estatuto ao alocutário ou àquele de quem se fala¹⁸.

Tu e você, por exemplo, são duas formas disponíveis, em português, para nomear o alocutário mas não é indiferente o uso de uma e de outra. Se ao nível da deixis pessoal elas não diferem (uma vez que ambas podem designar o mesmo participante), já ao nível da deixis social elas reflectem dois tipos diferentes de relacionamento entre dois falantes. As formas de tratamento são, naturalmente, o campo mais fecundo de investigação da deixis social. Todavia, não tem sido suficientemente enfatizado o facto de, na ausência dessas formas (e a sua omissão é um fenómeno muito frequente na língua portuguesa), cair nos ombros das formas verbais a pesada tarefa de distinguir entre um tratamento mais deferente e um tratamento menos deferente, como se pode verificar na seguinte interacção verbal (entre dois adultos que não se conhecem):

É capaz de me dizer onde fica a repartição de finanças?

*Segue por esta rua, cortas à direita e é o edifício em frente.*¹⁹

Uma vez que as formas de tratamento (pronominais ou não pronominais) estão omissas, só as formas verbais permitem distinguir o modo mais deferente (no primeiro caso) ou menos deferente (no segundo caso) com que os interlocutores se dirigem um ao outro.

Além dos participantes no acto de produção verbal e das suas coordenadas espaço-temporais, é possível apontar verbalmente para outras circunstâncias, aliás, para qualquer circunstância compresente à situação de enunciação: um gesto, um movimento, uma atitude, uma actividade, inclusivamente, o tom e o volume da voz. É o uso da “palavrinha” *assim* (segundo Óscar Lopes) que propicia este tipo de deixis, designada por deixis circunstancial²⁰. Se estiver a ensinar a minha filha a descascar uma maçã, poderei dizer-lhe:

Não faças assim. Faz assim.

Porque escapa ao tema central desta comunicação (as formas verbais não configuram sentidos relativos a este tipo de deixis), não adiantarei mais acerca da deixis circunstancial, embora seja um campo ainda pouco lavrado.

À tripartição pessoal, espacial e temporal correspondem as categorias tradicionais (ou primárias) da deixis²¹.

Nas palavras de Herculano de Carvalho, «partindo pois do ‘eu’ e sobre ele assentando o ‘aqui’ e o ‘agora’, fica constituído o campo mostrativo dentro do qual decorre a comunicação entre os dois sujeitos, que a!ternadamente funcionam como emissor e receptor, orientados, na sua capacidade de referência aos objectos [...], por essas três balizas de pessoa, lugar e tempo»²². Trata-se,

portanto, de um campo mostrativo situacional, e a mostraçãõ efectuada tendo como ponto de partida este campo mostrativo é conhecida por deixis indicial²³.

Os deicticos, todavia, podem remeter não só para elementos presentes na situação de enunciação (elementos do real extralinguístico que são compresentes à produção verbal) mas igualmente para elementos presentes no contexto linguístico²⁴. Atente-se no seguinte enunciado extraído do *Ensaio Sobre a Cegueira* de José Saramago:

«O primeiro cego procurou a mão da mulher e apertou-a, por este gesto se observa quanto o descanso do corpo pode contribuir para a harmonia dos espíritos».²⁵

O demonstrativo *este* implica que o sentido do sintagma *este gesto* só pode ser apreendido se se conhecer o contexto em que o enunciado foi produzido, isto é, se se conhecer outros segmentos discursivos anteriormente proferidos (só assim saberemos que *este gesto* se refere ao gesto de dar a mão à mulher e apertá-la). No exemplo dado, o demonstrativo *este* remete para um segmento do enunciado anteriormente expresso, ou seja, para uma pré-informação. Trata-se, por isso, de anáfora²⁶. Mas é possível remeter para um segmento expresso posteriormente ao elemento deictico, para uma pós-informação, como no exemplo seguinte:

«Um terceiro acidente, logo a seguir, pelo mesmo motivo, implicando um veículo que não levava passageiros, deu azo a comentários como este, de tom sabidamente popular, Olha se eu ia lá dentro».²⁷

Trata-se já não de anáfora mas de catáfora, uma vez que o demonstrativo *este* precede o segmento de enunciado para o qual remete.

Quando a mostraçãõ se reporta a elementos do contexto linguístico, designa-se por deixis textual²⁸.

«Na deixis textual é utilizada significativamente a dimensão espacial do texto, dimensão inerente ao carácter temporalmente extenso e linear da mensagem verbal que, no caso do texto escrito, se concretiza como dimensão espacial concreta (linhas, páginas, capítulos, etc.)»²⁹.

Verifica-se, portanto, um alargamento da noção inicialmente proposta de deixis. A significação deictica constitui, então, a mostraçãõ de um ser ou objecto extralinguístico pertencente à situação (deixis indicial) ou de um segmento discursivo (deixis textual).

Um terceiro tipo de deixis foi apontado por Karl Bühler: a deixis transposta³⁰. Consiste a deixis transposta numa deslocaçãõ imaginária dos interlocutores para um outro tempo e/ou espaço que não o *aquí e agora*, assentando a mostraçãõ nessas novas coordenadas espaço-temporais. Por outras palavras, consiste a deixis transposta numa mostraçãõ situacional *in absentia*, em contraste com a deixis indicial que constitui uma mostraçãõ situacional *in presentia*. Um enunciado já apresentado serve de exemplo deste tipo de deixis:

Segues por esta rua, cortas à direita e é o edifício em frente.

Neste enunciado, o sintagma *em frente* aponta para um espaço não visível do local onde se encontram os interlocutores. Só é possível o alocutário conhecer o sentido desse sintagma se se apoiar na sua memória, se se projectar fictivamente nas coordenadas espaciais que o locutor está a indicar. A deixis transposta permite ao Homem evadir-se da contingência situacional em que inexoravelmente se encontra, permite-lhe libertar-se do *aquí e agora* que o persegue como a sua própria sombra.

Em suma, descrevi de um modo necessariamente breve duas tipologias de deixis. No âmbito da primeira, à qual subjaz um critério semântico, foi possível distinguir a deixis pessoal, espacial, temporal, social e circunstancial. No âmbito da segunda, à qual está subjacente um critério que releva do tipo de mostraçã efectuada (situacional, sintáctica ou imaginária), foi possível distinguir a deixis indicial, a deixis textual e a deixis transposta.

Acerca desta última, sublinhe-se que é a capacidade de instaurar novas coordenadas espaço-temporais que propicia a ficção. Na verdade, «muito mais decisivo do que ser possível referir seres que não existem é o facto de a referência quer a objectos existentes quer inexistentes poder ser feita a partir de *coordenadas enunciativas que não existem*»³¹.

É precisamente com exemplos da ficção literária que pretendo ilustrar o modo como o verbo configura diferentes sentidos deícticos.

O meu interesse pelo verbo não é recente³². E esta categoria sintáctica constitui a classe mais rica quanto à significação deíctica, na medida em que ela pode configurar sentidos deícticos de carácter pessoal, social, temporal e espacial. Para começar diga-se que todas as formas verbais flexionadas³³ configuram um sentido deíctico de tipo pessoal. Atente-se nos seguintes enunciados:

«A comida ainda não chegou, Só do nosso lado já há mais de cinquenta pessoas, temos fome, o que estão a mandar não chega para nada, Isso da comida não é com o exército, Alguém tem de resolver a situação, o governo comprometeu-se a alimentar-nos, Voltem lá para dentro, não quero ver ninguém nessa porta»³⁴.

A omissão do sujeito gramatical é muito frequente na língua portuguesa. Por conseguinte, são as formas verbais (flexionadas em pessoa) que apontam o(s) participante(s) (ou não participante(s)) no acto comunicativo acerca do(s) qual(is) se diz algo³⁵. É o que acontece nos enunciados precedentes, onde os verbos configuram a mostraçã com sentido pessoal, isto é, são os únicos signos linguísticos (juntamente com um possessivo e um pronome pessoal na forma acusativa) aí presentes que nos permitem saber se parte do conteúdo que é transmitido remete para os locutores, para os alocutários ou para os não

participantes. Por sua vez, só conhecendo a situação de enunciação ou o contexto poderemos identificar o seu referente.

É também a categoria de pessoa que, em parte, está na base dos sentidos deícticos de carácter social que as formas verbais podem transmitir. Quando o sujeito gramatical de 2.ª pessoa do singular é omitido, são os verbos que propiciam a distinção entre um tratamento mais ou menos deferente. Atente-se nos seguintes enunciados, extraídos de uma tradução contemporânea das célebres *Letras Portugais* atribuídas a Mariana Alcoforado³⁶:

«Reconheço que me enganei, ao pensar que procederias com mais lealdade do que é costume»³⁷.

«Concordo que tem sobre mim muitas vantagens, e que me inspirou uma paixão que me fez perder a razão»³⁸.

A comparação entre os dois enunciados leva-nos a concluir que se verificou um processo de distanciamento afectivo, e que esse distanciamento é linguisticamente marcado pelo uso de formas verbais de 2.ª pessoa do singular (no primeiro enunciado, retirado da segunda carta) e de 3.ª pessoa do singular (no segundo enunciado, extraído da quinta e última carta)³⁹. Por conseguinte, a possibilidade de oscilação entre a 2.ª e a 3.ª pessoa do singular, enquanto reflexo do estatuto (afectivo, social, etc.) que o locutor atribui ao seu alocutário, é pertinente em termos de deixis social.

Também é pertinente a oscilação entre o imperativo e o presente do conjuntivo, no caso das ordens ou pedidos:

Dá-me o jornal, por favor.

Dê-me o jornal, por favor.

A categoria temporal pode igualmente ser relevante ao nível da deixis social. Compare-se, a título de exemplo, os enunciados que se seguem:

Quero um café.

Queria um café.

No caso dos pedidos, não é indiferente o facto de a forma verbal se encontrar flexionada no presente do indicativo ou no pretérito imperfeito. A selecção de uma ou outra reflecte posturas distintas do locutor.

Os verbos também procedem à ancoragem dos enunciados a um outro nível: as formas verbais flexionadas (com a excepção do infinitivo pessoal) configuram um sentido temporal relativamente ao momento da enunciação. Esse momento constitui o centro a partir do qual, através de relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade, se localiza temporalmente um estado de coisas.

Sendo o presente o intervalo de tempo em que se inscreve a enunciação, o passado e o futuro definem-se em função desse intervalo. Deste modo, as formas verbais do pretérito perfeito do indicativo remetem para um tempo anterior ao momento da enunciação e as formas verbais do futuro do indicativo para um tempo posterior a esse mesmo momento:

«A mulher do médico contou a conversa que havia tido com o homem»⁴⁰.

«O médico vai pôr-te bom, verás»⁴¹.

As formas do presente do indicativo, nos seus múltiplos sentidos, configuram um sentido temporal que inclui o momento da enunciação:

«Diz que vê tudo branco»⁴².

Dado que estas formas se definem temporalmente em relação ao momento da enunciação, elas constituem o que foi designado por sub-sistema deíctico. O sistema verbal do português, nomeadamente as formas do modo indicativo, compreendem, todavia, um outro sub-sistema que se define em relação a um momento anterior ao momento da enunciação, e que é constituído pelas formas verbais do pretérito-mais-que-perfeito (simples e composto), do pretérito imperfeito e do condicional (ou futuro do pretérito, segundo a designação, mais apropriada, da Nomenclatura Gramatical Brasileira⁴³). É o que ilustram os enunciados seguintes:

«Fez cair ao chão uma jarra de flores de que não estava à espera. Tinha-se esquecido dela, ou então fora a mulher que a deixara ali quando saiu para o emprego, com a intenção de colocá-la depois em lugar adequado»⁴⁴.

«Estou convencida de que toda a gente está cega, pelo menos comportavam-se como tal as pessoas que vi»⁴⁵.

O João disse-me que viria logo à tarde.

Este sub-sistema é anafórico na medida em que a localização temporal a que estas formas verbais procedem é duplamente relativa: definem-se em relação a um momento que é anterior ao momento da enunciação⁴⁶. Reflectem, portanto, relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade a partir de um ponto no tempo cuja localização temporal é anterior ao momento da enunciação⁴⁷.

Refira-se, por fim, que alguns verbos de movimento possuem uma componente deíctica (ao nível espacial) no seu sentido lexical, na medida em que reflectem um movimento de deslocação perspectivado do local ocupado pelo locutor. É o caso dos verbos *ir* e *vir* (ou *voltar*⁴⁸), assim como *levar* e *trazer*, como atestam os exemplos que se seguem:

«Se eles percebem que há gente tornam a disparar, fez uma pausa e acrescentou suspirando, Mas temos de lá ir, eu por mim estou pronto, Eu também vou, disse a mulher do médico»⁴⁹.

«Finalmente disse o velho da venda preta, A comida não veio, a comida não virá»⁵⁰.

«Vou pedir-lhes que te levem para casa, dizer-lhes que os enganaste para ficar comigo»⁵¹.

«Pegou na candeia e foi rebuscar nas gavetas das cómodas, nos roupetros, daí a poucos minutos voltou, trazia pijamas, batas, saias, blusas,

*vestidos, calças, camisolas, o necessário para cobrir com decência sete pessoas*⁵².

Se *ir* configura um movimento de afastamento em relação ao local onde se encontra o locutor, e *vir* a aproximação relativamente a esse mesmo local, então o uso desses verbos depende da localização geográfica do locutor. E reconhecer tal facto equivale a comprovar o sentido deíctico ao nível espacial de *ir* e *vir*⁵³. O mesmo se pode dizer dos verbos *levar* e *trazer*.

Uma referência ainda aos verbos *chegar*, *regressar* e *partir*. Quando ocorrem desacompanhados de complementos circunstanciais de lugar, estes verbos podem, em certos contextos, ser interpretados como deícticos espaciais. Atente-se nos exemplos seguintes:

*«Por que terá ela vindo para a rua, se nunca saía, Talvez se tenha apercebido de que a morte estava a chegar»*⁵⁴.

*«Afastaram-se de mão dada. Passados uns dez minutos regressaram»*⁵⁵.

*«Recolheram os pertences, mochilas, pequenas malas, sacos de pano e de plástico, como se partissem em expedição, e era verdade, iam caçar comida»*⁵⁶.

As formas dos verbos *chegar* e *regressar* indicam movimentos de aproximação relativamente a um espaço onde se inclui o locutor. A forma do verbo *partir* indica o inverso: um movimento de afastamento.

Julgo que, com as considerações teóricas efectuadas e a análise destes enunciados, ficou claramente comprovado o facto de a produção verbal se encontrar inevitavelmente ancorada a um *aqui e agora*. Mas é a própria linguagem que, simultaneamente, permite libertar o ser humano da contingência situacional em que se encontra, através da instituição de outras coordenadas: o não-aqui e o não-agora, ou seja, o *lá-então*⁵⁷.

Se é verdade que, nas palavras de Miguel Torga, «o universal é o local sem paredes», é igualmente verdade que a linguagem verbal tem o poder de estabelecer e de transpor essas paredes, de confinar e de libertar o Homem, enfim, de o localizar e de o universalizar. E a deixis desempenha, em ambos os casos, um papel decisivo.

Notas

1 Cf. Ana Cristina Macário Lopes (1992) - *Texto Proverbial Português. Elementos para uma Análise Semântica e Pragmática* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), não publicado.

2 Esses factores reflectem-se no que Émile Benveniste designou por *appareil formel de l'énonciation*: «Le locuteur s'approprie l'appareil formel de la langue et il énonce sa position de locuteur par des indices spécifiques [...]. Mais immédiatement, dès qu'il se déclare locuteur et assume la langue, il implante l'autre en face de lui [...]. C'est d'abord l'émergence des indices de personne (le rapport *je/tu*) qui ne se produit que dans et par l'énonciation: le terme *je* dénotant l'individu qui profère l'énonciation, le terme *tu*, l'individu qui y est présent comme allocutaire. De même nature et se rapportant à la même

structure d'énonciation sont les indices nombreux de l'*ostension* (type *ce, ici, etc.*), termes qui impliquent un geste désignant l'objet en même temps qu'est prononcé l'instance du terme», Benveniste (1974: 82).

3 *Shifters, indexical expressions* ou *indexicals* em inglês; *embrayeurs* em francês.

4 Entenda-se forma verbal no seu sentido mais lato, isto é, incluindo a forma lexical e as categorias gramaticais de modo, tempo, pessoa, número e aspecto.

5 Cf. Émile Benveniste (1966: 253).

6 Cf. Fernanda Irene Fonseca (1989: 121): «Jakobson e Benveniste [...] conseguem pôr a descoberto a brecha mais comprometedora para esse imanentismo quando demonstram que a impossibilidade da imanência está inscrita, de forma imanente, no próprio sistema linguístico». Cf. igualmente Fernanda Irene Fonseca (1989: 60): «A existência, na própria estrutura do sistema linguístico, de categorias formais - os deícticos - que é impossível descrever sem uma referência às coordenadas da enunciação, compromete qualquer veleidade de isolar o sistema da sua actualização. O *dispositivo formal da enunciação* faz parte integrante da estrutura da língua e constitui, assim, o "calcanhar de Aquiles" do sistema linguístico quando se pretende considerá-lo como "invulnerável" à situação de enunciação».

7 Inclui os pronomes pessoais, os possessivos e a flexão verbal (categoria de pessoa).

8 Cf. Émile Benveniste (1966: 228): «on pourra partir des définitions que les grammairiens arabes emploient. Pour eux, la première personne est *al-mutakallimu*, "celui qui parle"; la deuxième *al-muhatabu*, "celui à qui s'on adresse; mais la troisième est *al-a'ibu*, "celui qui est absent". Dans ces dénominations se trouve impliqué une notion juste des rapports entre les personnes; juste surtout en ce qu'elle révèle la disparité entre la 3e personne et les deux premières». *Eu* e *tu*, de facto, reenviam para papéis indissociáveis e reversíveis: o locutor e o alocutário. *Ele/ela* remetem para quem está ausente do processo enunciativo, ou seja, para a não-pessoa em termos enunciativos. Benveniste demonstrou igualmente que *nós* e *vós* não constituem propriamente a pluralização de *eu* e de *tu*, respectivamente. *Nós* pode ser equivalente a *eu+tu* ou a *eu+tu+ele/ela* ou ainda a *eu+ele/ela* (+*ele/ela...*). Quanto ao pronome *vós*, ele pode designar *tu+tu* ou *tu+ele/ela* (+*ele/ela...*). Dado o carácter único de *eu* e de *tu*, só a chamada terceira pessoa do plural (*eles/elas*) constitui uma verdadeira pluralização (de *ele/ela*).

9 Constituem excepções aqueles enunciados (que originalmente constituíram abordagens no âmbito da Psicanálise ou derivadas desse campo) em que se usa *eu* para designar a personalidade de uma pessoa que não coincide necessariamente com o locutor. Nesses casos, *eu* não constitui um pronome de 1.ª pessoa mas um verdadeiro substantivo comum, como comprova o facto de ser precedido por um artigo e de a forma verbal que o acompanha ser flexionada na 3.ª pessoa do singular: *Q 'eu' deste meu paciente é um pouco desequilibrado*.

10 Na verdade, todos os signos linguísticos se caracterizam por uma dupla dimensão significativa: uma dimensão virtual e constante (habitualmente designada por *type*) e uma dimensão actual e variável (designada por *token*). Os deícticos distinguem-se de todos os outros signos na medida em que incluem no *type* uma referência à instância de enunciação: *eu* é a "pessoa que diz eu" (contrariamente a *mesa*, por exemplo, que pode ser definida como "tampo suportado por um ou mais sustentáculos").

11 Fernanda Irene Fonseca (1989: 61).

12 Os demonstrativos, os advérbios (e adverbiais) de lugar e alguns verbos.

13 Retomando o que indiquei na nota 10, direi que as definições propostas de *aquí*, *alí* e *ali* correspondem ao *type*. A referência de *aquí* (ou seja, o *token*), no momento em que está a ser proferida esta comunicação, é uma determinada sala de um edifício da Universidade de Aveiro. Registe-se, contudo, que, tal como foi definido, o significado de advérbios de lugar como *aquí* ou *cá* pode revelar uma simplicidade enganadora, porque do seu uso advêm complexidades inesperadas. Num enunciado como *nós por cá vamos andando* (proferido ao telefone numa casa situada em Oliveira de Azeméis e tendo como alocutário um indivíduo que se encontra em Angola), o advérbio *cá* pode ter, entre outros, os seguintes sentidos: “a sala de estar da casa do locutor”, “a casa do locutor”, “Oliveira de Azeméis”, “a região onde se insere esta cidade”, “Portugal” e, eventualmente, “a Europa”. É claro que é possível definir o significado de *aquí* ou *cá* como “o espaço que corresponde a (ou onde se inclui) o local em que se encontra o locutor”. Mas tal definição não esconde o facto de, no seu uso, o advérbio *cá* poder ter um sentido ampliado ao ponto de incluir desde o espaço ocupado pelo corpo do locutor até à totalidade do planeta Terra ou mesmo do sistema solar. E a delimitação desses sentidos parece depender menos da vontade do locutor do que da localização do alocutário. Acrescente-se ainda dois exemplos curiosos do uso de *aquí*: aqueles em que um locutor está a deslocar-se enquanto fala (a pé, de comboio, de carro, etc.) e em que um locutor profere esse deíctico ao telefone (sem que o alocutário saiba exactamente onde está o locutor). Se neste último exemplo se verifica um caso de inoperância (provavelmente colmatada pelo locutor no momento em que se apercebe que o alocutário não o pode ver através do aparelho de telefone), já no primeiro, o *aquí* desliza constantemente. Difere o uso de *aquí* por um locutor imóvel e por um locutor em movimento de deslocação no espaço? Geralmente não se questiona a diferença que existe entre as coordenadas espacial e temporal, mas é preciso não esquecer que enquanto aquela pode ou não sofrer um movimento de deslocação durante o acto de produção verbal, a coordenada temporal está em constante e irreversível deslocação.

14 Um exemplo de confusão gerada pela relatividade das noções de esquerda e direita (exemplo que até poderia ser cómico se, no contexto da obra, não fosse tão trágico) é o seguinte, extraído do *Ensaio Sobre a Cegueira* de José Saramago: «*O sargento gritou-lhes, as calças não estão aí, larguem a corda, larguem-na, desloquem-se para a direita, a vossa, a vossa, estúpidos, não é preciso ter olhos para saber de que lado está a mão direita. O aviso foi dado a tempo, alguns cegos de espírito rigoroso tinham entendido a ordem à letra, se era a direita, logicamente teria de ser a direita de quem falava*», José Saramago (1995: 104-105).

15 Tese que remonta a Karl Bühler (1934: 176-185). Cf. John Lyons (1977: 638): «The canonical situation-of-utterance is egocentric in the sense that the speaker, by virtue of being the speaker, casts himself in the role of ego and relates everything to his viewpoint». Cf. igualmente Stephen Levinson (1983: 63-64), Fernanda Irene Fonseca (1983: 59) e Fernanda Irene Fonseca (1996: 438). Um interessante exercício argumentativo em que se rebate esta tese pode encontrar-se em Peter Jones (1995) - “Philosophical and Theoretical Issues in the Study of Deixis: A Critique of the Standard Account”, in Keith Green (ed.), *New Essays in Deixis. Discourse, Narrative, Literature*, Amsterdam/Atlanta, Editions Rodopi, 1995, p. 27-48.

16 Cf. Fernanda Irene Fonseca (1989: 33): «a instância enunciativa é concebida como um centro a partir do qual se desenha uma rede referencial topológica».

17 Os advérbios (e adverbiais) temporais e a flexão verbal (categoria de tempo). «Tense, in those languages which have tense, is part of the deictic frame of temporal reference: it grammaticalizes the relationship which holds between the time of the situation that is being described and the temporal zero-point of the deictic context», John Lyons (1977: 678).

18 Cf. Charles Fillmore (1971: 111-112). Na deixis social incluem-se, por conseguinte, todos os aspectos da estrutura linguística que codificam a identidade social dos participantes (ou não participantes) na interação verbal. As formas de tratamento e os verbos (em português europeu, a oposição entre formas flexionadas na 2.ª e na 3.ª pessoa do singular) são os exemplos mais evidentes de deixis social. Os honoríficos e as expressões de delicadeza constituem outros exemplos. O grau de formalidade do discurso releva, igualmente, dos mesmos factores que condicionam o uso destes deícticos.

19 A quantos de nós não sucedeu já uma situação semelhante a esta, na qual, por não se conhecer o alocutário, se introduz um tratamento distanciado (linguisticamente marcado pela forma verbal flexionada na 3.ª pessoa do singular) e se recebe na resposta um subentendido mas claríssimo *tu?*

20 Cf. Fernanda Irene Fonseca (1996: 443-444). É possível, todavia, encontrar em português outras palavras ou sequências que se enquadram no âmbito da deixis circunstancial, como ilustram os seguintes enunciados: *Pesquei um peixe deste tamanho* (o locutor mostra com as duas mãos o comprimento do peixe em causa); *Fiz apenas isto e o cão assustou-se e fugiu* (enunciado acompanhado por um gesto ou um movimento do locutor). «A consideração deste tipo de deixis permite alargar num sentido radicalmente pragmático a noção de coordenadas da enunciação (eu/tu- -aqui-agora-assim)», Fernanda Irene Fonseca (1996: 444).

21 Cf. Stephen Levinson (1983: 62) e Lenore A. Grenoble (1998: xiii).

22 Herculano de Carvalho (1973: 666).

23 Karl Bühler (1934: 138) designara-a *demonstratio ad oculos*. Na deixis indicial verifica-se, então, uma referência directa à situação de enunciação, referência essa que é captável pelos sentidos.

24 Ou seja, os deícticos, além de ancorarem os enunciados à situação de enunciação, podem ancorar também os enunciados ao discurso.

25 José Saramago (1995: 261).

26 Jacques Moeschler e Anne Reboul distinguem claramente, no âmbito da teoria geral da referência, os conceitos de deixis e de anáfora. Entre outros aspectos, sublinham que «la référence anaphorique reste donc en principe linguistique; la référence déictique, en revanche, mêle des aspects linguistiques et des aspects non linguistiques», Jacques Moeschler & Anne Reboul (1994) - *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*, Paris, Éditions du Seuil, p. 351. Trata-se, evidentemente, de uma concepção mais restrita de deixis. A propósito daquela distinção, saliente-se que John Lyons (1977: 673) defendera o seguinte: «deixis is more basic than anaphora. Anaphora presupposes that the referent should already have its place in the universe-of-discourse. Deixis does not; indeed deixis is one of the principal means open to us of putting entities into the universe-of-discourse so that we can refer to them subsequently».

27 José Saramago (1995: 127).

28 Cf. John Lyons (1977: 667-668). Se a deixis indicial é uma mostração situacional, a deixis textual é uma mostração sintáctica. Esta mostração é também conhecida por deixis anafórica. Todavia, uma vez que engloba tanto a anáfora como a catáfora, parece ser mais pertinente denominá-la por deixis textual. Stephen Levinson (1983: 85) restringe o seu âmbito (excluindo a anáfora) e propõe a designação de *discourse deixis* (ver nota 26). Registe-se que são também deícticos textuais aquelas palavras ou sequências que relacionam um enunciado com outros enunciados (precedentes ou subsequentes), como no exemplo seguinte: *penso, logo existo*. «Such signals are deictic because they have the distinctive relativity of reference, being anchored to the discourse location of the current utterance», Stephen Levinson (1983: 85).

29 Fernanda Irene Fonseca (1996: 441). Na verdade, num texto escrito, a linearidade da linguagem verbal concretiza-se espacialmente, na língua portuguesa, em linhas configuradas da esquerda para a direita e de cima para baixo, linhas que se agrupam em parágrafos e que formam uma mancha gráfica na superfície bidimensional de uma página. Deste modo, a proximidade ou afastamento e a ordem de sucessão são perspectivados espacialmente em duas dimensões. Na oralidade, contudo, a linearidade manifesta-se numa única “dimensão”. Daí que na escrita seja possível remeter para um segmento anteriormente expresso através de sequências do tipo de *atrás/anteriormente referido* e de *acima referido*, mas na oralidade apenas ser possível o uso de *atrás* ou *anteriormente* e não de *actua*.

30 Karl Bühler (1934: 155 e segs.) propôs a designação de deixis *am phantasma*. Deixis fictiva, deixis narrativa (cf. Fernanda Irene Fonseca (1989: 135 e segs.)) e deixis projectada (cf. Fernanda Irene Fonseca (1996: 440)) constituem outras designações possíveis deste tipo de mostração.

31 Fernanda Irene Fonseca (1990: 93).

32 Cf. Paulo Nunes da Silva (1998) - *Os “Tempos Compostos” do Sistema Verbal Português* (Dissertação de Mestrado), Lisboa, Universidade Aberta, Colecção de Estudos Pós-Graduados.

33 Exceptua-se, portanto, o infinitivo impessoal, o gerúndio e o participio passado (formas que, conjuntamente com o infinitivo pessoal ou flexionado, são tradicionalmente designadas por formas nominais do verbo).

34 José Saramago (1995: 85). Este diálogo dá-se entre a mulher do médico (que está acompanhada pelo seu marido e pela rapariga dos óculos escuros) e um sargento (que tem a seu lado um soldado). Deste modo, *temos* remete para um *nós* constituído por *eu+eles* (a mulher do médico+o marido/a rapariga dos óculos escuros/os restantes cegos); *estão* para um *vocês* constituído por *tu+tu+eles* (o sargento+o soldado+elementos do exército e do governo); *voltem* para um *vocês* desta vez constituído por *tu+tu+tu* (a mulher, o médico e a rapariga dos óculos escuros); e, finalmente, *quero* remete para um *eu* que é o sargento.

35 Cf. John Lyons (1977: 639): «[...] is it possible or feasible for a language without first-person and second-person pronouns to operate as a natural semiotic system under essentially the same conditions as do the actual languages that we are familiar with? It is clear that first-person and second-person pronouns, as such, are not essential. Many languages grammaticalize the category of person by inflecting the main verb».

36 O facto de se tratar, simultaneamente, de um texto originalmente escrito no século XVII e de uma (dupla?) tradução não compromete o argumento que defendo: na língua portuguesa, mais frequentemente do que as formas de tratamento, recai sobre as formas verbais a diferenciação entre um maior ou menor grau de distanciamento (afectivo, social, etc.) entre os interlocutores. Dado que a tradução de Eugénio de Andrade data de 1969, sirvo-me destes enunciados como exemplos do português do final do século XX.

37 *Cartas Portuguesas* (1669: 31).

38 *Cartas Portuguesas* (1669: 71).

39 Veja-se também este exemplo retirado de José Saramago (1995: 172), um diálogo entre a mulher do médico e a rapariga dos óculos escuros: «*Tenho confiança em ti, Pode tê-la, antes queria morrer que enganá-la. Deves tratar-me por tu. Isso não, não sou capaz*». O pedido da mulher do médico para que a rapariga dos óculos escuros a trate por *tu* é consequência imediata do facto de esta ter utilizado duas formas verbais flexionadas na 3.ª pessoa do singular (além do pronome pessoal de 3.ª pessoa na forma acusativa: *-la*), formas que acompanham um tratamento por *você*, (tratamento mais distanciado na variante europeia do português).

40 José Saramago (1995: 228).

41 José Saramago (1995: 19).

42 José Saramago (1995: 19).

43 Cf. Celso Cunha e Lindley Cintra (1984) - *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa, p. 391, 461-462.

44 José Saramago (1995: 16).

45 José Saramago (1995: 244).

46 Daí por vezes dizer-se que o pretérito mais-que-perfeito, o pretérito imperfeito e o condicional constituem, respectivamente, o passado do passado, o presente do passado e o futuro do passado.

47 Não cabe na dimensão desta comunicação, nem é esse o seu objectivo, uma apresentação mais desenvolvida desta tese defendida por Fernanda Irene Fonseca (1989: 183-208) (tese já anteriormente esboçada em Fernanda Irene Fonseca (1981) - "O Perfeito e o Pretérito e a Teoria dos Níveis de Enunciação" in Fernanda Irene Fonseca, *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto editora, 1994). Mas deve-se sublinhar a ancoragem relativa a que procedem os tempos do sub-sistema deíctico e a ancoragem duplamente relativa a que procedem os tempos do sub-sistema anafórico. As designações relevam da relação entre o sub-sistema deíctico e a deixis indicial (uma vez que os tempos daquele sistema procedem a uma ancoragem directa relativamente à situação de enunciação) e entre o sub-sistema anafórico e a deixis textual (dado que os tempos daquele sistema procedem a uma ancoragem indirecta relativamente à situação de enunciação).

48 Esta oposição entre os verbos *ir* e *voltar* está cristalizada naquele *slogan* publicitário (elevado à categoria de máxima) de Alexandre O'Neill: *Há mar e mar, há ir e voltar*.

49 José Saramago (1995: 201).

50 José Saramago (1995: 196).

51 José Saramago (1995: 48).

52 José Saramago (1995: 261).

53 Repare-se na diferença existente entre os seguintes enunciados: *O elefante vem em direcção ao nosso carro* e *O elefante vai em direcção ao nosso carro*. Numa perspectiva comparativa, e a título de curiosidade, registre-se que há uma diferença assinalável entre os verbos portugueses *vir* e *ir* e os verbos ingleses *to come* e *to go*, diferença que se pode ilustrar com os seguintes exemplos: enquanto em inglês é possível que, numa conversa telefónica, um dos locutores diga *May I come to your house?*, em português não é aceitável dizer, na mesma situação, **Posso vir a tua casa?* mas sim *Posso ir a tua casa?*

54 José Saramago (1995: 285).

55 José Saramago (1995: 60). Todavia, num enunciado como «*Humilhados, os emissários regressaram às camaratas*», José Saramago (1995: 165), a forma verbal do verbo *regressar* não é deíctica, exactamente porque está acompanhada de um complemento circunstancial de lugar (*às camaratas*). É relativamente a esse espaço (e não ao espaço onde se encontra o locutor no momento da enunciação) que o seu sentido é configurado. É curioso que o sentido verbo *regressar* quando desacompanhado de complementos circunstanciais de lugar possa, em função da situação e do contexto em que surge, ter o sentido de “movimento de aproximação relativamente ao local onde se encontra o locutor” ou, inversamente, o sentido de “movimento de afastamento em relação ao local onde se encontra o locutor”. O enunciado *O João regressou na quinta-feira passada* pode referir-se ao afastamento ou à aproximação do João em relação ao espaço ocupado pelo locutor.

56 José Saramago (1995: 216).

57 Cf. Fernanda Irene Fonseca (1989: 41): «os deícticos [funcionam] como operadores da obrigatória ancoragem da língua no seu contexto de produção e, simultaneamente, como operadores de uma desancoragem fictiva em relação a esse mesmo contexto». Cf. também Fernanda Irene Fonseca (1990: 93): «a ficção representa uma tentativa de libertação, através da linguagem, da “tirania do real” e a forma mais evidente dessa “tirania” é a obrigatória utilização, como marco de referência, de coordenadas determinadas pela própria instância enunciativa real».

Exemplos Extraídos das Seguintes Obras:

Cartas Portuguesas (atribuídas a Mariana Alcoforado) (1669) (Tradução de Eugénio de Andrade), Limiar, 1969.

SARAMAGO, José (1995) - *Ensaio Sobre a Cegueira*, Lisboa, Caminho.

Bibliografia

BENVENISTE, Émile (1966-1974) - *Problèmes de Linguistique Générale*, 2 vols., Paris, Gallimard.

BÜHLER, Karl (1934) - *Teoría del Lenguaje* (trad.) (2.ª ed.), Madrid, Revista de Occidente, 1961.

CARVALHO, Herculano de (1967-1973) - *Teoria da Linguagem*, 2 tomos, Coimbra, Coimbra Editora.

FILLMORE, Charles J. (1971) - *Lectures on Deixis*, Stanford-California, CSLI Publications, 1997.

FONSECA, Fernanda Irene (1983) - “Deixis et Anaphore Temporelle en Portugais”, in *e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 59-73.

- FONSECA, Fernanda Irene (1989) - *Deixis, Tempo e Narração*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1992.
- FONSECA, Fernanda Irene (1990) - "Deixis, Dependência Contextual e Transposição Fictiva: Contributos para uma Teoria Enunciativa da Ficção", in FONSECA, Fernanda Irene, *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 87-103.
- FONSECA, Fernanda Irene (1996) - "Deixis e Pragmática Linguística" in FARIA, Isabel Hub *et alii* (Org.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, p. 437-445.
- GRENOBLE, Lenore A. (1998) - *Deixis and Information Packaging in Russian Discourse*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1980) - *L'Énonciation. De la Subjectivité dans le Langage*, Paris, Armand Colin.
- LEVINSON, Stephen (1983) - *Pragmatics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LYONS, John (1977) - *Semantics*, 2 vols., Cambridge, Cambridge University Press.
- MOREL, Mary-Annick, e DANON-BOILEAU, Laurent (Org.) (1992) - *La Deixis (Colloque en Sorbonne, 8-9 Juin 1990)*, Paris, Presses Universitaires de France.